

Raíces ibéricas: o lugar de Sérgio Buarque de Holanda no pensamento latino-americano dos anos 1930

Rogério Schlegel

Universidade Federal de São Paulo

rschlegel@unifesp.br

Trabajo preparado para su presentación en el
VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política,
organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)
Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015

Raízes ibéricas: o lugar de Sérgio Buarque de Holanda no pensamento latino-americano dos anos 1930

Rogério Schlegel (Unifesp)¹

Resumo

O livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, teve sua primeira edição (de 1936) alterada pelo autor em profundidade para as duas edições seguintes (1948 e 1956). Na versão original, a herança ibérica é apresentada com valência positiva: o particularismo que conferiu ao caráter nacional distingue o homem brasileiro, cuja cordialidade é vista como contraponto ao utilitarismo anglo-saxão e potencial contribuição à humanidade. Para o Estado, é prescrito papel de protagonista, eventualmente em regimes ditatoriais, mas sempre se moldando a esse particularismo. As versões seguintes alteraram substantivamente esse diagnóstico, apresentando aposta na democracia liberal e passando a condenar a herança ibérica. O *paper* se propõe a recuperar a elaboração original do autor e assim reposicionar a obra no panorama da América Latina dos anos 1930, sugerindo aproximações com o pensamento autoritário, de um lado, e com o idealismo que afirmava a identidade latino-americana, de outro.

Introdução

A onda de estudos brasileiros sobre as metamorfoses nas edições do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, tem revelado facetas ignoradas ou esquecidas da obra, já descrita como uma guia para entender o Brasil e os brasileiros. Neste *paper*, a proposta é recuperar os sentidos originais da edição *princeps*, lançada em 1936 e depois modificada pelo próprio Holanda para as edições de 1948 e 1956. O texto passou por revisões dramáticas, que alteraram significativamente a valência de alguns conceitos e que precisam ser levadas em conta pelo público externo ao Brasil na compreensão contemporânea da obra e da trajetória de sua recepção. O foco na análise recairá sobre temas caros ao pensamento latino-americano.

O texto original aproxima o autor do pensamento autoritário que chegou ao poder graças a presidentes populistas como Domingo Perón e Getúlio Vargas. Ao mesmo tempo, dá às raízes ibéricas dos países latino-americanos um significado positivo e diferente do que viria a ganhar na 2ª e na 3ª edições, preparadas sob o impacto da hegemonia dos Estados Unidos e da ascensão da democracia como paradigma de governança, após a 2ª Guerra Mundial. E ainda reata o conceito de “homem cordial” com a ideia original surgida em um diálogo entre Ribeiro Couto e o escritor mexicano Alfonso Reyes, além de permitir aproximações com a ideia de “raça

¹ Trabalho desenvolvido com o apoio da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), por meio de projeto de Pós-Doutorado com o tema “A centralização decisória no imaginário político brasileiro, realizado de 2011 a 2014.

² Importante ressaltar que a expressão “idealismo” aparece neste *paper* com dois sentidos distintos: o primeiro, cunhado por Vianna, explicitado nesta passagem e antagônico à ideia de realismo; e o segundo, utilizado sobretudo para designar a geração intelectual que se opôs ao cientificismo tecnocrático dos governos Porfírio Diaz (1884-1911), a exemplo do que faz Hale (1996).

³ Merece menção também o trabalho recente de Souza e Cerqueira (2014), embora se refira a outra

cósmica”, proposta pelo também mexicano José Vasconcelos (2010) – ou seja, a edição original coloca Holanda em linha com a afirmação da identidade latino-americana, que se espalhou pela região nas primeiras décadas do século XX.

Recuperar os sentidos originais da obra representa um esforço de aumentar a precisão do que se afirma sobre o ambiente intelectual dos anos 1930 na América Latina. A recente edição em inglês de *Raízes do Brasil*, editada pela Notre Dame University Press, utiliza o texto sucessivamente modificado pelo autor, mas é econômica em registrar as metamorfoses que sofreu – há rápidas referências a elas no Prefácio (Monteiro, 2012). Obras com a pretensão de servir de inventário do pensamento latino-americano, a exemplo de Bethel (1996), deixam de contemplar *Raízes do Brasil* e já foi observado que *O Espelho de Próspero*, de Richard Morse, também não cita a obra, ainda que seja “uma espécie de reescritura” dela (Monteiro, 2009: 159). Não é descabido pensar que essas omissões possivelmente se devam ao fato de as modificações no texto o desenraizarem de seu tempo e contexto, turvando a visão dos analistas sobre seu lugar no pensamento social latino-americano dos anos 1930.

As recentes recuperações da primeira versão do texto permitem reposicionar o livro em relação a seus contemporâneos. Boa parte das proposições pode ser alinhada ao “autoritarismo instrumental” que caracterizou as décadas de produção social e política no Brasil e em outros países latino-americanos. Mais do que isso, a edição *princeps* revela grande proximidade com o que Oliveira Vianna (1985-1951) chamou de “idealismo orgânico”²: a ideia de que era preciso criar uma nação e a concepção de que as inovações institucionais só trariam bons resultados se seu desenho levasse em conta a essência orgânica do povo. No mesmo diapasão, Holanda é um crítico das soluções institucionais importadas ou imaginadas sem levar em conta as especificidades da herança ibérica. É precisamente por essa razão que no texto original considera a democracia incompatível com o caráter do brasileiro.

Entre comentadores brasileiros, cresce a convicção de que não existe um *Raízes do Brasil*, mas vários. Há diferenças substantivas, relativas a aspectos centrais, entre a edição *princeps* e as demais. O fato de essas metamorfoses a esta altura já constituírem uma frente de pesquisa e reflexão, com vários trabalhos publicados (a exemplo de Mello, 1995; Monteiro, 1999; Wegner, 2006; Waizbort, 2011; Rocha, 2012; Feldman, 2013)³, não impede que comentadores contemporâneos desconheçam ou menosprezem a magnitude das alterações introduzidas no livro. Desnecessário nomear exemplos individualizados de impropriedades, mas vale citar um dado concreto a título de ilustração: nada menos que 46% dos capítulos específicos de uma coletânea lançada aos 70 anos de *Raízes do Brasil* tomam a edição consolidada em 1956 como sendo o texto original ou se apropriam de comentários de terceiros que fizeram isso⁴.

Diferentes motivos tornam relevante desfazer esses mal-entendidos. A edição original foi especialmente influente em seu tempo, a julgar pela memória de intelectuais que o viveram, como Antonio Candido (1967). As edições revistas geraram uma caudalosa produção a partir de – e sobre – *Raízes do Brasil*. Recuperar os sentidos originais é tarefa importante na reconstrução mais fiel não só da trajetória de um autor

² Importante ressaltar que a expressão “idealismo” aparece neste *paper* com dois sentidos distintos: o primeiro, cunhado por Vianna, explicitado nesta passagem e antagônico à ideia de realismo; e o segundo, utilizado sobretudo para designar a geração intelectual que se opôs ao cientificismo tecnocrático dos governos Porfírio Diaz (1884-1911), a exemplo do que faz Hale (1996).

³ Merece menção também o trabalho recente de Souza e Cerqueira (2014), embora se refira a outra obra do autor, *Monções*.

⁴ Refiro-me a 5 dos 11 capítulos da edição organizada por Monteiro e Eugênio (2008) que tratam de *Raízes do Brasil*.

central para o pensamento brasileiro como Holanda, mas também para o entendimento do ambiente intelectual latino-americano em que estava inserido nos anos 1930. “Este livro sai consideravelmente modificado na presente versão. Reproduzi-lo em sua forma originária, sem qualquer retoque, seria reeditar opiniões e pensamentos que em muitos pontos deixaram de satisfazer-me”, afirmou Holanda, no prefácio à segunda edição (Holanda, 1948, p. 11).

As mudanças no texto estão longe de desprezíveis e por vezes representam revisão completa de um argumento ou resposta diametralmente oposta à mesma pergunta. A valência da herança ibérica é um dos melhores exemplos: ela deixa de ser fonte de vitalidade e principal matriz a partir da qual construir a modernidade no país para, nas edições posteriores, se tornar um obstáculo a ser vencido. Há outros. Ao descrever personalismo e democracia como incompatíveis, o autor aposta na dominância do primeiro na primeira edição, mas altera radicalmente sua escolha nas demais; diminui a celebração de Gilberto Freyre; e a abordagem de sociólogo cede espaço à de historiador, para citar algumas mudanças substanciais apontadas em estudos anteriores (Rocha, 2006; Waizbort, 2011; Feldman, 2013).

Parto da convicção de que a exatidão do que se afirma sobre *Raízes do Brasil* depende fundamentalmente da edição usada como referência, como já anotou um comentador (Feldman, 2013: 120). As análises sobre o livro em geral não esclarecem a que edição se referem e, mesmo quando o fazem, revelam desconhecimento sobre suas metamorfoses.

Neste *paper*, proponho em alguns pontos uma análise diacrônica das três primeiras edições atentando para a forma como o Estado é representado e o papel que lhe é atribuído na modernização do país. O tema tem centralidade na obra e gera entendimentos discrepantes. Numa vertente, os intérpretes compreendem o Estado de *Raízes do Brasil* em chave negativa: ele dificultaria “o desencadear das transformações profundas na sociedade brasileira” (Dias, 2008: 322), disporia de “força assombrosa em todos os departamentos da vida nacional” (Avelino, 1990: 12) e configuraria “algo como uma anomalia”, instituição impotente diante do predomínio da família (Waizbort, 2011: 47). Para outra vertente, hoje prevalecente, o Estado seria “transcendência incumbida de abolir a ordem familiar” (Lavalle, 2004: 42) e representaria a esfera pública impessoal encarregada de se contrapor aos particularismos sociais (Lamounier, 2006: 292).

A análise diacrônica das edições sugere com clareza duas representações predominantes para o papel do Estado. Da versão original, emerge a defesa de um Estado forte, de traços oligárquicos, eventualmente autoritário, que deve se compor com o personalismo que perpassa a sociedade brasileira “em contraponto” – uma imagem usada pelo autor que sugere linhas musicais independentes, mas em harmonia, como a partitura de diferentes instrumentos em uma orquestra. As revisões para a segunda e terceira edições consolidaram a representação do Estado como ariete contra o familismo e o personalismo, uma instituição que deveria criar as condições básicas para o florescimento da democracia no país. Comentadores anteriormente se aproximaram de uma ou outra interpretação, mas deixaram de observar as mutações no texto. Como síntese, sustento que a missão prescrita para o Estado em *Raízes do Brasil* passou do estatismo orgânico característico da edição de 1936 à de vetor de impessoalidade democrática, conformada na edição de 1948, consolidada na versão de 1956 e reproduzida nas seguintes.

Além desta introdução, este *paper* tem três seções. Na seguinte, são abordados o espírito global da obra e os pontos de partida da análise de Holanda sobre o Brasil, chamando atenção para a valência positiva para a herança ibérica presente na primeira

edição. A segunda seção discute as prescrições do autor para o Estado e ressalta o caráter oligárquico, com tons autocráticos, de sua proposta. A seção final sugere reposicionar o Holanda de 1936 no universo de autores de sua época, aproximando-o de autoritários e idealistas.

1 - Obras com realinhamentos amplos

O enquadramento geral de que parte minha análise é de que as revisões do autor criaram ao menos duas obras com sentidos diferentes, opostos em muitos pontos. As alterações dramáticas ocorreram para a edição de 1948; os retoques para a versão de 1956 pouco mudaram de substantivo. Nos 12 anos entre a primeira e a segunda edições, o mundo viveu a emergência de regimes totalitários e a Segunda Guerra Mundial, e o Brasil experimentou a ascensão e queda do Estado Novo e a redemocratização do pós-guerra. Mais do que tudo, os regimes democráticos liberais – em especial o dos Estados Unidos – prevaleceram e se consolidaram como padrão de governança desejável.

A edição *princeps* retrata com sinal positivo os efeitos da herança ibérica no temperamento do brasileiro, marcado por personalismo e cordialidade. A emotividade é a base dos relacionamentos, espalhando-se da família até a vida política. Por conta disso, as tentativas de artificialmente criar instituições – aqui entendidas no sentido genérico de “regras do jogo” – liberais e democráticas estão fadadas a ser mal-sucedidas no país. “Nossa revolução”, lenta e silenciosa, se faz pela superação do passado agrário, por meio da urbanização, da industrialização e da superação do escravismo. No entanto, em 1936, Holanda não vê caminho para a modernidade que não parta do que julga ser o caráter nacional brasileiro – as características psicológicas coletivas historicamente inscritas em nossa nacionalidade.

A edição de 1948 tem espírito “consideravelmente modificado”, como admitiu Holanda. Na obra revista, a herança ibérica ganha sinal inequivocamente negativo, personalismo e familismo são entraves para a modernização política e a democracia não tem nenhuma incompatibilidade de fundo com o país. A estrada para a modernidade se define pela ruptura com o tradicional. Essa seria uma síntese possível também para a edição de 1956 e todas as demais, que reproduziram o corpo do texto da terceira edição.

No que toca ao Estado, há a defesa de seu protagonismo em uma e outra formulação. Holanda o representa como esfera que reverbera os interesses das elites, numa variedade de patrimonialismo em que a ascendência sobre a administração é exercida pelas oligarquias. O Estado não deve, mas pode eventualmente ser despótico, com o objetivo de criar “os bons princípios”. Em contraste com outros diagnósticos influentes correntes no Brasil na década de 1930, o autor não atribui ao Estado a função de organizar a sociedade, entendida como uma massa invertebrada e amorfa, como faz Oliveira Vianna. As divergências entre as edições no tema se concentram nas prescrições, como se verá a seguir.

O primeiro ponto a destacar diz respeito ao próprio espírito da obra. A edição de 1936 deixa claro que se está à procura do “caráter nacional” brasileiro. Empreitada intelectual comum à época do texto original, ela vai além do ensaio histórico sobre a formação nacional e busca mapear traços duradouros de personalidade comuns a uma nacionalidade e com consequências para a estrutura da sociedade e da política. Na edição *princeps*, esse programa se mostra no próprio encadeamento do argumento – Holanda trata da colonização, investiga a herança ibérica e as marcas que deixou no “temperamento nacional” e, a partir daí, discute sua compatibilidade com instituições sociais e políticas. Um trecho em que o autor destaca a importância do “exame dos fundamentos antropológicos da sociedade para a compreensão das doutrinas do Estado”

(p. 155) é suprimido nas edições seguintes. O passo também trata da alegada incompatibilidade entre o personalismo do brasileiro e a democracia. Em 1936, o caráter nacional só condiz com a “liberal-democracia” no que tinha de negativo ou menos consistente; em comum, teriam a convicção de que o homem possui uma bondade natural. Na revisão de 1948, essa afirmação desaparece do texto.

É possível especular sobre motivações para o abandono da busca de traços do caráter nacional. Além da mudança geral no espírito do tempo, houve críticas diretas à noção de caráter nacional após a Segunda Guerra. Os estudos sobre o caráter de diferentes nações floresceram como parte do esforço de guerra para decifrar os inimigos e conhecer suas supostas fraquezas (Neiburg e Goldman, 1998). No Brasil, no final dos anos 1940, o conceito já era criticado na mesma Universidade de São Paulo em que Holanda trabalhava. Roger Bastide, então professor de sociologia da Faculdade de Filosofia de São Paulo, publica em francês artigo em que sustenta a inconsistência sociológica do conceito de “caráter nacional” (Bastide, 1948). Dante Moreira Leite já qualificava textos sobre a nacionalidade brasileira como ideologia, no sentido marxista, e desenvolvia argumentos que apareceriam na crítica frontal a *Raízes do Brasil* presente em sua tese, de 1954 (Leite, 1959)⁵.

Outra revisão de ponto de vista analítico e caráter amplo se refere à crítica ao idealismo, entendido como a aplicação de ideias sem levar em conta as condições concretas e materiais. Para o Sérgio Buarque de Holanda dos anos 1930, importar instituições que não levassem em conta o temperamento nacional era uma iniciativa fadada ao fracasso. Esse é um dos eixos que articulam toda a obra, constituindo argumento central contra a democracia liberal implantada pela República. Também é um traço que o torna próximo dos autores que desde o Império apontam a distância entre o Brasil real e o Brasil legal, a exemplo do Visconde do Uruguai, de Alberto Torres e de Oliveira Viana. E deixa patente sua vinculação com o organicismo, doutrina que aplica noções da biologia à vida social, associando a sociedade a um organismo vivo que experimenta processos de maturação, evolução e desenvolvimento natural; corriqueira entre pensadores latino-americanos até a década de 1930, a metáfora orgânica foi na Europa portadora de reação romântico-conservadora ao iluminismo, ao racionalismo e ao utilitarismo (Manheim, 1984; Lamounier, 1985).

As críticas ao idealismo de pensadores, homens de Estado e elites aparecem em diferentes pontos da primeira edição. Um trecho do capítulo VI (“Novos tempos”) é ilustrativo dessa abordagem e também de como teve seu sinal trocado nas edições do pós-guerra. Na sempre lembrada passagem em que qualifica a democracia no país como mal-entendido, alterações pontuais na frase mudam o sentido do que é afirmado. Em 1936, a situação descrita é a de uma aristocracia que se acomoda às leis da democracia, sistema transplantado “completo” para o país; na edição seguinte, é a democracia que se acomoda aos privilégios da aristocracia e a palavra “completo” é substituída por “complexo”, sugerindo que o sistema democrático foi desvirtuado e implantado apenas parcialmente no Brasil.

Além disso, adaptações mínimas no trecho realinham por completo a avaliação da democracia. Em 1936, ela é descrita como “ideologia impessoal e anti-natural”, num

⁵ As metamorfoses buarquianas impactaram a leitura de Dante Moreira Leite; na versão em livro de sua tese de Doutorado, ele observa que não há a expressão caráter brasileiro em *Raízes do Brasil*, a partir de uma leitura de edição modificada da obra; na verdade, mesmo na reedição contemporânea escaparam algumas menções com o velho sentido: a introdução do tema da cordialidade registra que ela seria “traço definido do caráter brasileiro” (p. 146 da edição de 1995); no capítulo sobre novos tempos, é mencionado um amor pelas leis genéricas que seria “dos aspectos mais constantes e significativos do caráter brasileiro” (p. 158, edição de 1995).

contexto em que o impessoal tinha valência negativa, porque expressamente se apresentava em oposição a nossas raízes, que deveriam ser conhecidas e respeitadas; em 1948, “anti-natural” é retirado da frase e o impessoal, considerado o novo contexto amplo da obra, passa a ter sentido positivo, de contraposição ao que é personalista ou particularista. A supressão do aposto “com as suas maiúsculas impressionantes e com as suas fórmulas abstratas”, usado para qualificar o liberalismo democrático, faz o restante do serviço.

Curioso observar que a ideia do mal-entendido era repetida em outro ponto do livro, na versão de 1936. “De tudo isso resulta uma confirmação do que se vem dizendo aqui sobre a adoção das fórmulas democráticas no Brasil e em outros países do continente, a saber que ela resultou simplesmente de um mal-entendido”, lia-se à página 152. O período foi suprimido com as revisões.

Quadro 1 – Compatibilidade do caráter brasileiro com democracia é limitada

1936	1948	1956
<p>Mas os positivistas foram apenas os exemplares mais característicos de uma espécie humana que prosperou consideravelmente em nosso país, logo que ele começou a ter consciência de si. De todas as formas de evasão da realidade, o convívio das ideias e especulações pareceu-nos a mais fácil e dignificante em nossa difícil adolescência política e social. Trouxemos de terras estranhas um sistema completo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam à vida brasileira. Na verdade a ideologia impessoal e anti-natural do liberalismo democrático, com as suas maiúsculas impressionantes e com as suas fórmulas abstratas, jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios, até onde eles coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando o nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratarmos com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodar-se como lhe fosse possível às suas leis, que tinham sido justamente a bandeira de combate da burguesia europeia contra os aristocratas, e isso só porque essas leis pareciam as mais acertadas para a época e eram exaltadas nos livros e nos discursos. (p. 122)</p>	<p>Mas os positivistas foram apenas os exemplares mais característicos de uma <u>espécie-raça</u> humana que prosperou consideravelmente em nosso país, logo que <u>ele-este</u> começou a ter consciência de si. De todas as formas de evasão da realidade, <u>a crença mágica no poder -o convívio</u> das ideias <u>e especulações</u> pareceu-nos a mais <u>fácil e dignificante</u> em nossa difícil adolescência política e social. Trouxemos de terras estranhas um sistema <u>completo-complexo</u> e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às <u>condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam</u>. Na verdade a ideologia impessoal <u>e anti-natural</u> do liberalismo democrático, <u>com as suas maiúsculas impressionantes e com as suas fórmulas abstratas</u>, jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios, até onde <u>eles</u> coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando <u>o</u> nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo <u>tratarmos</u> com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodá-la, <u>onde ar-se como lhe fosse possível, às suas leis aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios</u> que tinham sido, <u>no Velho Mundo, justamente a bandeira de combate da burguesia europeia-o alvo da luta da burguesia</u> contra os aristocratas. <u>E assim puderam incorpo</u>[p. 238] <u>rar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que, e isso só porque essas leis</u> pareciam <u>as os mais acertadas-acertados</u> para a época e eram <u>exaltadas-exaltados</u> nos livros e <u>nos</u> discursos. (p. 239)</p>	<p>Mas os positivistas foram apenas os exemplares mais característicos de uma raça humana que prosperou consideravelmente em nosso país, logo que este começou a ter consciência de si. De todas as formas de evasão da realidade, a crença mágica no poder das ideias pareceu-nos a mais dignificante em nossa difícil adolescência política e social. Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade a ideologia [p. 233] impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios, até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. (p. 234)</p>

Em outra passagem, no capítulo final, o texto da edição *princeps* explicitamente condena a Declaração dos Direitos do Homem por representar concepções abstratas descoladas da vida. “O grande pecado do século passado foi justamente o ter feito preceder o mundo das formas vivas do mundo das fórmulas e dos conceitos”, diagnóstica. “Nesse pecado é que se apoiam todas as revoluções modernas, quando pretendem fundar os seus motivos em concepções abstratas como os famosos Direitos do Homem. Sobrestimaram-se as ideias, que usurparam decididamente um lugar excessivo na existência humana” (Holanda, 1936, p. 146). O argumento e a descrição de alguns de seus desdobramentos concretos são suprimidos para a segunda edição.

De forma geral, a crítica ao idealismo da primeira edição, que se dá em termos universais e tendo como alvo o próprio cerne das ideias, se converte nas edições seguintes em oposição à maneira como os princípios liberais – agora, defensáveis – foram interpretados e implantados em países ibero-americanos.

No primeiro cenário, Buarque trabalha com a oposição entre vida (compreendida como essência, instinto e sentimento) e o espírito (ideias e abstrações), mostrando afinidade com autores anti-liberais alemães das primeiras décadas do século XX. Waizbort (2011, p. 53) o aproxima do irracionalismo de raízes românticas e conservadoras ao observar que uma citação de Nietzsche em alemão que servia de epígrafe ao capítulo VII (“Nossa Revolução”) foi expurgada das edições seguintes. “Um povo perece quando confunde seu dever com o conceito de dever em geral”, afirmava o excerto, interpretado pelo comentador como chamamento à essência do brasileiro, em contraposição à importação de um dever “alienígena” personificado na democracia. No segundo formato do livro, popularizado por todas as edições seguintes, Holanda aponta as distorções em princípios inicialmente louváveis como fruto da ação das elites locais, que as transformam em instrumentos de práticas nocivas.

Nessa operação, trocam de sinal a democracia e o personalismo – e aqui passamos a abordar tópicos mais substantivos para entendimento da interpretação que proponho para a trajetória do Estado na obra. A valência atribuída às instituições liberais e ao caráter brasileiro – e, num sentido mais amplo, latino-americano – em cada edição é crucial para o tipo de proposta de ação estatal avançada em cada caso.

Quadro 2 – Idealismo das revoluções americanas leva ao engano da democracia

1936	1948	1956
<p>Foi essa crença que presidiu a toda história das nações ibero-americanas desde que se fizeram independentes. As rebeliões que desligaram esses povos das metrópoles adotaram como base das suas cartas políticas os princípios da Revolução Francesa então na ordem do dia, pelos mesmos motivos que ainda hoje levam certos povos coloniais e semi-coloniais a contemplarem com unção os ideais apregoados pela Terceira Internacional. A palavra ‘liberdade’, que inicialmente deveria ter um sentido restrito, delimitando as aspirações de emancipação política, valeria, ao cabo, em toda a extensão de seu significado. Impôs-se com um prestígio verdadeiramente mágico e por um processo psicológico semelhante ao que transforma em tirânicas exigências certos princípios originados por necessidades concretas precisas [nota 51: Assim as ideias de liberdade e igualdade, que Jean Jacques Rousseau concebera como um meio de chegar-se à felicidade humana passaram a fins em si, ainda que à custa do bem-estar social. O exemplo é do psicólogo inglês Mc Dougall, que estudou atentamente esse processo mental, a que chama “tendência para converter os meios em fins”. Em certos casos, todavia, essa mesma tendência serve à sociedade como um das suas forças conservadoras. Ver WILLIAM Mc DOUGALL – An Introduction to Social Psychology, Boston, John W. Luce & Co. MCMXXVI. P. 354 e seguintes] E dessa forma os povos de nossa América foram levados a enaltecer um sistema de ideias que contrastava em absoluto com o que há de mais positivo em seu temperamento e que, bem compreendido, levaria à total despersonalização. (p. 148)</p>	<p>Foi essa crença, <u>inspirada em parte pelos ideais da Revolução Francesa</u>, que presidiu a toda a história das nações ibero-americanas desde que se fizeram independentes. <u>As rebeliões que desligaram esses povos das metrópoles Emancipando-se da tutela das metrópoles europeias, cuidaram elas em adotar, am</u> como base <u>das de</u> suas cartas políticas, os princípios <u>da Revolução Francesa então que se achavam então</u> na ordem do dia, <u>pelos mesmos motivos que ainda hoje levam certos povos coloniais e semi-coloniais a contemplarem com unção os ideais apregoados pela Terceira Internacional. As palavras mágicas de Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância. Ainda assim, enganados por essas exterioridades, não hesitamos, muitas vezes, em tentar levar às suas consequências radicais alguns daqueles princípios.</u> A palavra ‘liberdade’, que inicialmente deveria ter um sentido restrito, delimitando as aspirações de emancipação política, valeria, ao cabo, em toda a extensão de seu significado. Impôs-se com um prestígio verdadeiramente mágico e por um processo psicológico semelhante ao que transforma em tirânicas exigências certos princípios originados por necessidades concretas precisas (nota 51). [Nota 51: Assim as ideias de liberdade e igualdade, que Jean Jacques Rousseau concebera como um meio de chegar-se à felicidade humana passaram a fins em si, ainda que à custa do bem-estar social. O exemplo é do psicólogo inglês Mc Dougall, que estudou atentamente esse processo mental, a que chama “tendência para converter os meios em fins”. Em certos casos, todavia, essa mesma tendência serve à sociedade como um das suas forças conservadoras. Ver WILLIAM Mc DOUGALL – An Introduction to Social Psychology, Boston, John W.</p>	<p>Foi essa crença, inspirada em parte pelos ideais da Revolução Francesa, que presidiu toda a história das nações ibero-americanas desde que se fizeram independentes. Emancipando-se da tutela das metrópoles europeias, cuidaram elas em adotar, como base de suas cartas políticas, os princípios que se achavam então na ordem do dia. As palavras mágicas de Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos [p. 263] velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância. Ainda assim, enganados por essas exterioridades, não hesitamos, muitas vezes, em tentar levar às suas consequências radicais alguns daqueles princípios. (p. 264)</p>

Exemplo disso são as modificações do trecho que trata das revoluções americanas (Quadro 2). Em 1936, ideias liberais ou democráticas são retratadas em contraste “absoluto” com o que há de mais positivo nos povos da América, capazes de

levar à “total despessoalização”, considerada algo deletério no contexto da obra, em que seu contrário – a personalização – tem valor positivo. O trecho é suprimido na edição de 1948. A restrição à adoção dos ideais da Revolução Francesa pelas jovens nações ibero-americanas também muda de caráter. Na edição original, a difusão da ideia de liberdade (e, secundariamente, a de igualdade) é criticada por terem sido esses princípios tomados “como fins em si”, em lugar de meio para atingir a felicidade dos homens; a partir de 1948, o problema com esses conceitos é seu esvaziamento substantivo na migração para a América, de forma a se adaptarem aos “velhos padrões patriarcais e coloniais”.

Quadro 3 – Personalismo muda de valência com alterações da 2ª edição

1936	1948	1956
<p>Não é pois de estranhar que o ponto extremo de despessoalização na esfera política fosse encontrado em um país sul-americano. O Uruguai battlista pretendeu, enquanto existiu, realizar, ao menos em teoria, a consequência lógica do ideal democrático moderno, ou seja o mecanismo do Estado funcionando tanto quanto possível automaticamente e os desmandos dos maus governos não podendo afetar senão de modo superficial o funcionamento desse mecanismo. Colocado no polo oposto à despessoalização democrática, o “caudilhismo” muitas vezes se encontra no mesmo círculo de ideias a que pertencem os princípios do liberalismo. Pode ser a forma negativa da tese liberal (...). Essa negação do liberalismo, inconsciente em um Rosas, um Melgarejo, um Porfirio Diaz, afirma-se hoje como um corpo de doutrina no fascismo europeu, que nada mais é do que uma crítica do liberalismo na sua forma parlamentarista, erigida em sistema político positivo. Uma superação da doutrina [p. 149] democrática só será possível, efetivamente, quando tenha sido vencido [sic] a antítese impersonalismo-caudilhismo.” (p.150)</p>	<p>Não é, pois, de estranhar, que se o ponto extremo de desimpersonalização na esfera política democrática fosse encontrar seu terreno de eleição em um país sul-americano. -O Uruguai battlista pretendeu, enquanto existiu, realizar, ao menos em teoria, a consequência lógica do ideal democrático moderno, ou seja o mecanismo do Estado funcionando tanto quanto possível automaticamente e os desmandos dos maus [p. 268] governos não podendo afetar senão de modo superficial o-esse funcionamento desse mecanismo. -Colocado no polo oposto à despessoalização democrática, o “caudilhismo” muitas vezes se encontra no mesmo círculo de ideias a que pertencem os princípios do liberalismo. Pode ser a forma negativa, da tese liberal (...). A negação do liberalismo, inconsciente em um Rosas, um Melgarejo, um Porfirio Diaz, afirma-se hoje como um corpo de doutrina no fascismo europeu, que nada mais é do que uma crítica do liberalismo na sua forma parlamentarista, erigida em sistema político positivo. Uma superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, efetivamente, entre nós, quando tenha sido vencida [sic] a antítese impersonalismo liberalismo-caudilhismo. Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos. [p. 269] onde ainda se assenta nossa vida social. (p.270)</p>	<p>Não é, pois, de estranhar, se o ponto extremo de impersonalismo democrático fosse encontrar seu terreno de eleição em um país sul-americano. O Uruguai battlista pretendeu, enquanto existiu, realizar, ao menos em teoria, a consequência lógica do ideal democrático moderno, ou seja, o mecanismo do Estado funcionando tanto quanto possível automaticamente e os desmandos dos maus-governos não podendo afetar senão de modo superficial esse funcionamento. Colocado no polo oposto à despessoalização democrática, o “caudilhismo” muitas vezes se encontra no mesmo círculo de ideias a que pertencem os princípios do liberalismo. Pode ser a forma negativa, da tese liberal (...). A negação do liberalismo, inconsciente em um Rosas, um Melgarejo, um Porfirio Diaz, afirma-se hoje como corpo de doutrina no fas[p. 264]cismo europeu, que nada mais é do que uma crítica do liberalismo na sua forma parlamentarista, erigida em sistema político positivo. Uma superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo. Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda se assenta nossa vida social. (p. 265)</p>

Para qualificar o arranjo criativo proposto entre Estado forte e personalismo, vale explorar a forma como a contradição entre democracia e personalismo é explicitada na edição de 1936. O caudilhismo é apresentado como pertencendo ao mesmo campo da democracia (o liberal), mas no polo oposto na dimensão do personalismo. Para o autor, a “superação da doutrina democrática” só será possível quando for deixada de lado a antítese “impersonalismo-caudilhismo” – numa construção em que impersonalismo ocupa o lugar da democracia. Na edição lançada após a redemocratização, a antítese a ser vencida muda para “liberalismo-caudilhismo”, certamente porque o impersonalismo agora é meta a ser perseguida na política. Também é acrescentado período que não deixa dúvidas sobre a reavaliação de 180 graus realizada pelo autor: “Essa vitória [sobre a antítese liberalismo- caudilhismo] nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos onde ainda se assenta nossa vida social” (Holanda, 1948, p. 269-70). A dificuldade de

interpretar o trecho cresce quando recordamos que está inserido numa edição que tem a democracia com valência positiva.

Ao tratar da genealogia de nossos particularismos, Holanda remonta à família colonial e seus laços afetivos, cuja influência acompanhava os indivíduos para além do domicílio, fazendo com que dessem precedência à entidade privada diante da pública. Como resultado, predominavam na vida social os sentimentos da vida doméstica, particularista e anti-política. O argumento tem significados distintos conforme a ideia geral que lhe serve de moldura. No enquadramento de 1936, o trecho está em linha com os alertas contra a tentação de trazer construções institucionais exógenas; na edição de 1948 e nas seguintes, a passagem soa como denúncia contra o particularismo e a cordialidade.

Por sinal, ao explorar a herança ibérica, no capítulo que abre a primeira edição, Holanda apresenta como complementares o personalismo e a inclinação à anarquia, de um lado, e a autoridade e a obediência, de outro. Em um povo que tende à desordem e resiste a cumprir ordens, a obediência é considerada “a virtude suprema entre todas” e “o único princípio político verdadeiramente forte”. Isso explicaria também a afinidade de portugueses e espanhóis com ditaduras, “formas típicas de seu caráter” (Holanda, 1936, p. 14). O argumento se alinha com a interpretação que avanço para o papel do Estado no texto original: personalismo e Estado forte são apresentados como duas faces da mesma moeda e não há outra forma de disciplina concebível.

Quadro 4 – Obediência marca política e sociedade ibéricas

1936	1948	1956
<p>À autarquia do indivíduo, à exaltação extrema da personalidade, paixão fundamental e que não tolera compromissos, só pode haver uma alternativa: a negação e a renúncia a essa mesma personalidade em vista de um bem maior. Por isso mesmo que rara e difícil, a obediência aparece, por vezes, entre os povos ibéricos, como a virtude suprema entre todas. E não é estranhável que essa obediência – obediência cega, e que difere do ideal germânico e feudal da lealdade – tenha sido até agora para eles o único princípio político verdadeiramente forte. A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares. As ditaduras e o Santo Ofício constituem formas tão típicas de seu caráter como a inclinação para a anarquia e a desordem. Não existe para os povos ibéricos outra sorte de disciplina concebível, além da que se funde na excessiva centralização e na obediência, ainda que só por exceção se manifeste. (p. 14)</p>	<p>À autarquia do indivíduo, à exaltação extrema da personalidade, paixão fundamental e que não tolera compromissos, só pode haver uma alternativa: a negação e a renúncia a essa mesma personalidade em vista de um bem maior. Por isso mesmo que rara e difícil, a obediência aparece por algumas vezes, entre para os povos ibéricos, como a a virtude suprema entre todas. E não é estranhável que essa obediência – obediência cega, e que difere fundamente dos ideal princípios germânico-medievais e feudal-feudais da lealdade – tenha sido até agora, para eles, o único princípio político verdadeiramente forte. A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares. As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir constituem formas tão típicas de seu caráter como a inclinação para a anarquia e a à desordem. Não existe para os povos ibéricos, a seu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e na obediência, ainda que só por exceção se manifeste. (p. 30)</p>	<p>À autarquia do indivíduo, à exaltação extrema da personalidade, paixão fundamental e que não tolera compromissos, só pode haver uma alternativa: a renúncia a essa mesma personalidade em vista de um bem maior. Por isso mesmo que rara e difícil, a obediência aparece algumas vezes, para os povos ibéricos, como virtude suprema entre todas. E não é estranhável que essa obediência – obediência cega, e que difere fundamentalmente dos princípios medievais e feudais da lealdade – tenha sido até agora, para eles, o único princípio político verdadeiramente forte. A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares. As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem. Não existe, a seu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e na obediência. (p. 29)</p>

As alterações introduzidas em 1948 mudam drasticamente o sentido dessa passagem. O contraste feito com base na nacionalidade (“ideal germânico e feudal”) passa a ser feito apenas em termos históricos (“princípios medievais e feudais”), acompanhando o abandono da pesquisa sobre caracteres nacionais. Juízos peremptórios são relativizados (“constituem” vira “parecem constituir”; “disciplina concebível” se transforma em “disciplina perfeitamente concebível”). Mas, fundamentalmente, há um movimento do autor para se distanciar do diagnóstico de que os governos autoritários são a resposta institucional incontornável para o caráter ibérico – e brasileiro, na medida em que este se assemelhe àquele. Em 1936, o trecho está escrito de forma que essa constatação pode ser atribuída ao autor, como na frase “não existe para os povos ibéricos outra sorte de disciplina concebível”; em 1948, Holanda faz duas mudanças para ressaltar que esse seria um entendimento dos próprios ibéricos, como se vê no Quadro 4.

Isso sem mencionar a nova articulação de sentidos propiciada por revisões em pontos mais gerais. Como o personalismo é interpretado em chave positiva no texto original, a associação dele com governos autoritários tem ares de prescrição; nas edições posteriores, trechos semelhantes soam como crítica adicional ao personalismo, que favoreceria governos autoritários.

2 - Diferentes papéis para o Estado

Fundamental para a compreensão do papel do Estado em *Raízes do Brasil* é estar ciente que seu autor parte da perspectiva de que ele é, fundamentalmente, correia de transmissão de interesses de segmentos da sociedade. Diferentemente de outros iberismos, como o de Raymundo Faoro (1976), que associam herança portuguesa e um patrimonialismo que implica grande independência para os operadores do Estado, as concepções de Sérgio Buarque de Holanda não autonomizam essa esfera, seja em termos de orientação, seja em termos de executores concretos.

Ao escrever na década de 1930, Holanda retrata as oligarquias como prolongamento do personalismo “no tempo e no espaço”, capazes de assegurar ao Império “uma certa solidez orgânica que nunca mais foi restaurada” (Holanda, 1936, p. 152). Eugênio (2008, p. 451) atribui as simpatias do autor às elites do império a sua amizade com Eduardo Prado e à sua faceta organicista. Para o Holanda original, a monarquia esteve menos distante do que a república do substrato da nacionalidade.

Na primeira edição, o livro indica um governo oligárquico como o mais adequado para se compor com o personalismo que marca o brasileiro. A oligarquia seria a própria forma política assumida pelo personalismo – seu prolongamento no espaço e no tempo – e seria capaz de dar pessoalidade a um Estado que, de outra forma, seria ininteligível para os cidadãos. Adotando categorias e argumentos weberianos em diferentes dimensões de sua análise, Holanda não enfatiza a independência do Estado ou de seus operadores. O autor relaciona a formação de uma burocracia incipiente ao declínio da agricultura e à formação de uma burguesia urbana, mas não enxerga nela a impessoalidade que caracteriza o “puro burocrata” (Holanda, 1936, p. 100). A confusão entre público e privado leva Holanda a caracterizar o Estado brasileiro como patrimonialista. Não a serviço de um soberano autocrático, mas expressão de interesses oligárquicos.

Na prescrição de Holanda, o Estado há de ser tocado por oligarquias, *de preferência* de forma não-ditatorial – a expressão “de preferência”, aqui, serve de alerta para o fato de que o autor não descarta a ditadura. Na verdade, regimes em que elites se articulam em torno de uma figura central são descritos como “o princípio político mais fecundo em nossa América” até então, como se observa no Quadro 5. Um exemplo citado é o de Diogo Portales, pivô dos governos conservadores e autoritários do Chile das primeiras décadas do século XIX, mas que no entendimento do autor não representaria ditadura.

Em 1936, a passagem apresenta a democracia liberal como inadequada ao país, por seu caráter decorativo, sem raízes profundas na realidade nacional e por se opor ao personalismo. Este, por sua vez, é descrito como uma noção positiva, “talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos”. A oligarquia também é louvada, sobretudo por se afinar com o personalismo dos latino-americanos e gerar estabilidade. Governos oligárquicos e personalistas foram alternativa à ditadura e à anarquia, capazes de levar o Chile a seus decênios mais felizes e explicar a estabilidade da Costa Rica.

Quadro 5 – Defesa de governos oligárquicos na América Latina

1936	1948	1956
<p>Entre nós, já o dissemos, o personalismo é uma noção positiva – talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos. Ao seu lado todos os lemas da democracia liberal são conceitos puramente decorativos, sem raízes profundas na realidade. Isso explica bem como nos países latino-americanos, onde o personalismo – ou mesmo a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências da demagogia liberal, acordando os instintos e os sentimentos mais vivos do povo, tenha assegurado, com isso, uma estabilidade política que de outro modo não teria sido possível.</p> <p>A formação de elites de governantes em torno de personalidades prestigiosas tem sido, ao menos por enquanto, o princípio político mais fecundo em nossa América. O Chile teve os decênios mais felizes de sua história sob o regime inaugurado por Diego Portales, que soube arrancar o país do perigo das ditaduras ou da anarquia, [p. 152] mediante um poder acentuadamente oligárquico. Ainda hoje a maior estabilidade e a relativa prosperidade da pequena república de Costa Rica entre as suas bulhentas irmãs da América Central, explica-se largamente pelos mesmos motivos. A ideia de uma entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo aos seus destinos é dificilmente inteligível para a mentalidade dos povos da América Latina. (p. 153)</p>	<p><u>Entre nós, já o dissemos, é inegável que em nossa vida política o personalismo é-pode ser em muitos casos uma noção-força positiva –talvez a-única verdadeiramente positiva que conhecemos. Ao seu lado todos-e que ao seu lado os lemas da democracia [p. 275] liberal são-parecem conceitos puramente decorativos-ornamentais ou declamatórios, sem raízes profundas na realidade.</u></p> <p>–Isso explica bem como, <u>entre nós e, em geral</u>, nos países latino-americanos, onde <u>quer que o personalismo – ou mesmo a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo</u> – conseguiu abolir as resistências da demagogia liberal-liberais, acordando os instintos e os sentimentos mais vivos do povo, tenha assegurado-seado, com isso, por essa forma, uma estabilidade política aparente, mas que de outro modo não teria-seria sido possível.</p> <p><u>A formação de elites de governantes em torno de personalidades prestigiosas tem sido, ao menos por enquanto, o princípio político mais fecundo em nossa América. O Chile teve. Para os chilenos, os três decênios mais felizes de sua história sob-do</u> regime inaugurado por Diego Portales, que soube arrancarou o país do perigo das ditaduras ou da anarquia, mediante um poder acentuadamente oligárquico, ainda passam por ser os mais ditosos de sua história. E Ainda-ainda hoje, a maior estabilidade e a relativa prosperidade da pequena república de Costa Rica entre as suas bulhentas irmãs da América Central, explica-se largamente pelos mesmos motivos. <u>A existência de tais situações, em verdade excepcionais, chega a fazer esquecer de que os regimes discricionários, em mãos de dirigentes “providenciais” e irresponsáveis, representam, no melhor caso, um disfarce grosseiro, não uma alternativa, para a anarquia.</u> A ideia de uma espécie de entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo aos seus destinos, é</p>	<p>É inegável que em nossa vida política o personalismo pode ser em muitos casos uma força positiva e que ao seu lado os lemas da democracia liberal parecem conceitos puramente ornamentais ou declamatórios, sem raízes fundas na realidade.</p> <p>Isso explica como, entre nós e, em geral, nos países latino-americanos, onde quer que o personalismo – ou a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências liberais, assegurou-se, por essa forma, uma estabilidade política aparente, mas que de outro modo não seria possível.</p> <p>Para os chilenos, os três decênios do regime inaugurado por Diego Portales, que arrancou o país do perigo da anarquia mediante um poder acentuadamente oligárquico, ainda passam por ser os mais ditosos de sua história. E ainda hoje, a maior estabilidade da pequena república de Costa Rica entre suas bulhentas irmãs da América Central, explica-se largamente pelos mesmos motivos. A existência de tais situações, em verdade excepcionais, chega a fazer esquecer de que os regimes discricionários, em mãos de dirigentes “providenciais” e irresponsáveis, representam, no melhor caso, um disfarce grosseiro, não uma alternativa, para a anarquia. A ideia de uma entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo os seus destinos, é dificilmente inteligível para os povos da América Latina. (p. 271)</p>

As revisões alteram substancialmente a abordagem do tema, como ilustra a análise diacrônica do trecho do capítulo final destacado no quadro. A partir da segunda edição, o personalismo deixa de ser aplaudido incondicionalmente; passa a ser descrito como “força” que pode ser positiva “em muitos casos”. A estabilidade que ele propicia se torna apenas “aparente” e os casos de estabilidade são qualificados como excepcionais – a regra é esses regimes serem um “disfarce grosseiro, não uma alternativa” à anarquia, como aparece em nova passagem acrescentada pelo autor. Cai da obra a aprovação ao personalismo como princípio fecundo no continente. E o regime de Diego Portales, por contraste, passa a ser considerado ditadura – salvou o Chile apenas da anarquia, não da ditadura – e gerou décadas “ditosas”.

Quadro 6 – Defesa de um Estado forte, revisão da ideia de cordialidade

1936	1948	1956
<p>Com a cordialidade, a bondade, não se criam os bons princípios. É necessário um elemento normativo, sólido, inato na alma do povo, ou implantado pela tirania para que possa haver cristalização social.[nota D] A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas invenções fraudulentas da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar. É certo que tais invenções, em si, não constituem argumento sério contra o liberalismo e que existem outros recursos, além da tirania, para a consolidação e a estabilização de um organismo social e nacional.” (P.157)</p>	<p>Com a simples cordialidade, a bondade, não se criam os bons princípios. É necessário algum elemento normativo, sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tira[p279]nia, para que possa haver cristalização social.[nota-D] A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas invenções fraudulentas ilusões da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar. É certo que tais invenções a presença de tais ilusões, em si, não constituem-constitui em si argumento sério contra o liberalismo e que existem outros recursos remédios, além da tirania, para a consolidação e a estabilização de um organismo social e nacional. (p. 280)</p>	<p>Com a simples cordialidade não se criam os bons princípios. É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas ilusões da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar. É certo que a presença de tais ilusões, não constitui em si argumento contra o liberalismo e que existem outros remédios, além da [p. 274] tirania, para a consolidação e a estabilização de um organismo social e nacional. (p. 275).</p>

O estatismo orgânico que enxergo na primeira edição ganha ainda mais verossimilhança quando se observa que Holanda levou a ideia ao paroxismo, ao admitir a conveniência do Estado tirânico. No trecho destacado no Quadro 6, aparece claramente a defesa instrumental de um Estado forte, comum entre autores da década de 1930. Na representação de Holanda, há dois caminhos para cristalizar “os bons

princípios” em uma sociedade: ou pela existência de um elemento inato na alma do povo ou pela ação tirânica. O trecho cria complexidade para o entendimento mais preciso sobre qual seria a extensão dessa aposta na tirania. Há a sugestão de que seria possível consolidar e estabilizar um organismo social e nacional sem usar a tirania, o que leva ao entendimento de que essa empreitada tem proximidade com – mas é diferente de – criar os bons princípios, a aceitar-se que não há incoerência do autor nesta passagem.

O trecho muda de significado nas edições seguintes, menos por reparos substantivos na sua redação e mais pela nova relação que estabelece com os demais elementos da reflexão. Nas diferentes versões, não é possível afirmar de forma inequívoca a que bons princípios Holanda se refere. O texto original convida a entendê-los como os mesmos promovidos pela “nossa revolução”: basicamente uma ordem racional-legal facilitada pela urbanização e pela industrialização, mas que seja construída a partir daquilo que a sociedade brasileira já é.

Nas edições de 1948 e seguintes, os bons princípios são mais fáceis de nomear: a superação da herança ibérica, com todas suas implicações para a vida política, gerando o triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo. Na forma como o livro se apresenta desde 1948, essa passagem é das que mais autoriza a leitura recorrente de que, no balanço da obra, Holanda defende um Estado forte que se contraponha ao familismo e ao personalismo.

Vale notar ainda que no trecho Holanda revisa a ideia de cordialidade, conforme já destacou outro comentador (Feldmann, 2013). Na primeira edição, é explicitamente assimilada à bondade, graças ao aposto explicativo; nas demais, o corte do aposto contribui para ampliar a polissemia dessa noção buarquina. Aqui, mais uma vez, a edição original permite melhor localizar Holanda em seu tempo. O autor atribuiu a expressão “homem cordial” a Rui Ribeiro Couto, amigo que definiu a cordialidade como uma contribuição latina à humanidade e a esculpiu como negação do utilitarismo puritano estadunidense. Ribeiro Couto, por sua vez, empregou pela primeira vez o conceito em *Monterrey: Correo Literario*, compilação de Alfonso Reyes, embaixador mexicano no Rio de Janeiro nos anos 1930 (Monteiro, 2012: xii). Reyes é um “atenista”, ou seja, frequentava o Ateneo de la Juventud, sociedade de estudos que reunia os jovens intelectuais mexicanos que cultivavam o que se chamou de idealismo – o resgate da “raça” e da cultura latino-americanas, na esteira de *Ariel* (Hale, 1996: 178-185). Em uma frase: o significado da cordialidade da primeira edição está em linha com o idealismo que se espalhou pela América Latina. Na revisão de 1948, a cordialidade foi em grande medida ressignificada: Holanda altera o texto e o defende com o argumento de que cordialidade deve ser entendida em seu sentido “estritamente etimológico”. Cordial é o que vem do coração, seja a amizade ou a inimizade.

Mais próximo do desfecho do livro, Holanda trata das relações entre Estado e família. Na interpretação consagrada, baseada no texto consolidado em 1956, o transbordamento da família para a vida pública, contaminando com relações pessoais o que deveria ser impessoal, precisa ser atacado pelo Estado, transcendência que tem o papel histórico de refundar a civilidade e a cidadania. Nessa perspectiva, um trecho é regularmente citado para localizar o Estado na reflexão de Holanda: a passagem do capítulo V (“O homem cordial”) que traz, com todas as letras, a afirmação de que entre Estado e família há “descontinuidade e até uma oposição” e de que o primeiro representa “um triunfo nítido do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo” (p. 94). Só pela “superação” da ordem familiar é que o indivíduo “se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável ante as

leis da Cidade”. Em síntese, no aparecimento do Estado, “a ordem familiar em sua forma pura é abolida por uma transcendência”.

Pelo valor de face, o trecho parece desafiar minha interpretação sobre o estatismo orgânico da edição de 1936, sugerindo que uma oposição irreconciliável entre Estado e personalismo está presente desde a versão original e não foi introduzida pelas revisões. Os limites deste *paper* são excessivamente estreitos para uma discussão detalhada da questão, que realizei em outro lugar. Uma síntese parcial é de que os enquadramentos mais amplos das várias versões permitem ler o trecho diferentemente em cada uma. Em 1936, o leitor pode ser atraído pela ênfase na noção de “descontinuidade” entre o Estado e a família, com a ideia de conflito aparecendo em meio-tom – tanto que o autor usa a expressão “e até oposição”, com o advérbio sugerindo que esta é uma possibilidade extrema. Nas edições seguintes, a noção de conflito tende a ganhar força por conta da forma como toda a herança ibérica, na qual se inscreve o familismo, é rechaçada.

É no parágrafo de conclusão do livro que as metamorfoses sofridas pelo Estado nas diferentes versões se expressam de forma mais dramática. Menos devido a alterações radicais no texto e mais por conta da forma como os elementos centrais da obra passam a se articular no trecho que serve como clímax da elaboração do autor. Há quatro modificações pontuais na redação, que pouco alteram em termos de argumento (Quadro 7). No entanto, o significado do último parágrafo é largamente dependente das relações construídas anteriormente. Estamos diante de versões em que são as premissas que vão dar sentido à conclusão e não o contrário.

Quadro 7 – Estado e sociedade personalista devem se compor em contraponto

1936	1948	1956
<p>Se no terreno político e social o liberalismo revelou-se entre nós antes um destruidor de formas preexistentes do que um criador de novas; se foi sobretudo uma inútil e onerosa superfetação, não será pela experiência de outras elaborações engenhosas [p. 160] que nos encontraremos um dia com a nossa realidade. Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irredutível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo. Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos e imaginações para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é uma força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas exteriores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas. Há, porém, um demônio pífido e pretensioso, que se ocupa em obscurecer aos nossos olhos estas verdades singelas. Inspirados por ele, os homens se veem diversos do que são e criam novas preferências e repugnâncias. É raro que sejam das boas. (p. 161)</p>	<p>Se no terreno político e social <u>os princípios do</u> liberalismo <u>revelou-se entre nós antes um destruidor de formas preexistentes do que um criador de novas; se foi sobretudo têm sido</u> uma inútil e onerosa superfetação, não será pela experiência de outras elaborações engenhosas que nos encontraremos um dia com a nossa realidade. Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irredutível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo. Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos <u>e imaginações</u> para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é <u>uma</u> força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas <u>exteriores superiores</u> da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas. Há, porém, um demônio pífido e pretensioso, que se ocupa em obscurecer aos nossos olhos estas verdades singelas. Inspirados por ele, os homens se veem diversos do que são e criam novas preferências e repugnâncias. É raro que sejam das boas. (p. 285)</p>	<p>Se no terreno político e social os princípios do liberalismo têm sido uma inútil e onerosa superfetação, não será pela experiência de outras elaborações engenhosas que nos encontraremos um dia com a nossa realidade. Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irredutível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo. Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas. Há, porém, um demônio pífido e pretensioso, que se ocupa em obscurecer aos nossos olhos estas verdades singelas. Inspirados por ele, os homens se veem diversos do que são e criam novas preferências e repugnâncias. É raro que sejam das boas. (p. 279)</p>

O pivô que permite à elaboração de Sérgio Buarque de Holanda girar sobre seu eixo e apontar em diferentes direções é a expressão “em contraponto”, especialmente carregada de ambiguidade. Ao desenvolver sua prescrição para o futuro do país, o autor afirma que não se pode ignorar a essência da nação no momento em que tentamos organizar “a nossa desordem”. O Estado em princípio opõe-se a essa “ordem natural”, mas essa oposição deve resolver-se “em um contraponto” para que o quadro social mantenha sua coerência.

Não são poucos os intérpretes que entendem o contraponto com sentido de antítese, negação, polarização. Por conta disso, a passagem ganha opacidade e um ar de mistério, aprofundado pelo uso de expressões até sobrenaturais, como a referência ao “demônio pérfido” que aparece a poucas linhas do final. Avelino (1987, p. 40-1) sustenta que o contraponto “permanece indefinido”. Para Gomes (1988, p. 36), o livro desemboca “numa espécie de dilema muito nítido para o qual não há solução acabada”. Costa (1992, p. 247) e Ferreira (1996, p. 244) fazem coro ao considerar que o fecho do livro oferece “uma não-resposta” para o dilema republicano entre sociedade e Estado. Em texto de 1998 sobre a visão política de Holanda, Candido (2008, p. 35) vê “uma relativa indecisão teórica” no último capítulo; seu conhecido prefácio (1967) não faz menção direta ao fim do livro, embora seja detalhado sobre outros pontos e tenha claro propósito de servir de mapa de leitura da obra, capítulo a capítulo. Fisgado pelo clima de “encruzilhada, à meia-noite”, Waizbort (2011, p. 51) considera haver traços do “extramundano” e do “supraterreno” no último parágrafo. De forma geral, o entendimento convencional sobre *Raízes do Brasil*, que apresenta o Estado como vetor de uma ordem impessoal e democrática, desvela perplexidade diante da conclusão.

Há bons sinais de que a locução “em contraponto” tenha sido escolhida pelo autor para introduzir uma metáfora musical, como propôs Vecchi (2008). Nada menos do que três expressões nas linhas imediatamente anteriores se encontram no mesmo campo semântico: “ritmo espontâneo”, “compasso mecânico” e “harmonia falsa”. Do ponto de vista substantivo, a conotação musical representa a possibilidade de compor de maneira articulada os elementos e conceitos desenvolvidos anteriormente. Em uma forma específica: na música, o contraponto significa a combinação harmoniosa de linhas musicais independentes, como a partitura de instrumentos diversos em uma orquestra. A metáfora enriquece a descrição da composição que Holanda pregava entre Estado forte e inclinações personalistas do brasileiro, entre criatura espiritual e ordem natural, entre idealização e essência. Sugere uma oposição que se resolve não pela extinção ou aniquilamento de um dos polos, mas por uma combinação em que um elemento dominante molda o outro – no caso, as características do povo brasileiro apontariam os contornos ideais para o Estado, que nem por isso deixaria de ser protagonista. Emerge do texto original a prescrição de um Estado forte, de traços oligárquicos, eventualmente autoritário, eventualmente monocrático, que tenha papel central na passagem brasileira à modernidade, tornando-se um contorno congênito e inseparável da sociedade. Um Estado e uma nação em busca de um caminho próprio e original – “americano”, como sugere Holanda em algumas passagens, utilizando a palavra para se referir a todo continente, e não apenas aos Estados Unidos.

3 - Democrata radical ou estatista orgânico?

A recuperação da primeira versão de *Raízes do Brasil* convida a cotejá-la com a produção que lhe foi contemporânea. O movimento revela um Sérgio Buarque de Holanda mais sintonizado com autores de seu tempo do que supõe a interpretação que se tornou convencional. O texto original se mostra mais próximo do corporativismo que vicejou na América Latina na década de 1930 do que do “radicalismo democrático raro naquela altura” que lhe atribuiu Antonio Candido (2008, p. 34). Como se viu acima, as metamorfoses do texto explicam em parte o mal-entendido. Em grande medida, as concepções de Holanda na primeira versão de *Raízes do Brasil* poderiam ser consideradas variação do que Oliveira Vianna chamou de “idealismo orgânico”.

Hale assemelha o corporativismo latino-americano com ideias autoritárias sobre a organização do Estado e da representação da sociedade. Basicamente se trata de um

sistema que se diferencia do pluralismo por envolver a representação de interesses por grupos hierarquicamente organizados e regulados – quando não criados – pelo Estado (Hale, 1996: 199-200). Como ideologia, na América Latina o corporativismo se apropriou de elementos da herança positivista, caracterizando-se por um realismo que desdenhava do papel das ideias na política. A corrente teve influência no México (por meio de intelectuais como Andrés Molina Enríquez), no Peru (onde Haya de La Torre propunha um Estado que fosse uma “democracia funcional”, na qual as classes seriam representadas conforme seu papel na produção), no Chile (com a agitação trabalhadora constringida pelo código de 1924, que a atrelava à regulação pelo Estado) e na Argentina (país em que inspirou grupos de direita, a exemplo da Liga Patriótica). No inventário de Hale, Oliveira Vianna é identificado como o mais influente corporativista do Brasil da época, com sua crítica ao idealismo da Constituição de 1891 e sua defesa do Estado forte e centralizado.

À luz do texto de 1936, não soa forçada uma aproximação entre Sérgio Buarque de Holanda e contemporâneos autoritários. Em alguma medida, Holanda segue uma linhagem que data do Império e que tem como um dos expoentes o saquarema Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai: justamente na medida em que coloca como questão central para o entendimento do Brasil a disjunção entre Brasil real e Brasil legal. Em oposição a reformadores como Tavares Bastos, que pregavam a adoção de instituições políticas do mundo anglo-saxão, o Visconde do Uruguai considerava esse tipo de transplante uma operação fadada ao fracasso. Costumes e formação histórica do Brasil teriam necessariamente de ser levados em conta por qualquer projeto de construção institucional (Carvalho, 1988).

Alberto Torres é outro dessa linhagem. No texto principal da primeira edição, esse autor é nominalmente citado; na versão de 1948, Holanda passa a se referir a ele como “um publicista ilustre” e deixa a menção a seu nome para um nota no final do volume. Holanda mobiliza Torres para ressaltar a separação da política e da vida social, que teria atingido no Brasil “o máximo de distância”, a ponto de o brilho das fórmulas institucionais implantadas apenas encobrirem lutas para conservação de posições (Holanda, 1936: 18).

Na década de 1920, Oliveira Vianna atualizou a antítese país legal x Brasil real e definiu o “idealismo orgânico” – aquele em que as invenções institucionais estão em sintonia com a essência da sociedade, concebida em analogia com o mundo biológico. Na sua perspectiva, trata-se de propostas que “nascem da própria evolução orgânica da sociedade e não são outra coisa senão visões antecipadas de uma evolução futura” (Vianna, 1939, p. 11). Em oposição a essa abordagem, o autor concebeu os “idealismos utópicos” ou “constitucionais”, construções doutrinárias “em íntimo desacordo com as condições reais e orgânicas da sociedade que pretende[m] reger e dirigir” (p. 10).

As semelhanças com formulações do texto original de *Raízes do Brasil* são evidentes. Pelas categorias de Oliveira Vianna, a edição *princeps* da obra de Holanda é exemplo acabado de idealismo orgânico, embora os dois autores desde sempre estivessem em campos políticos opostos, como demonstrou a participação do primeiro na construção da ditadura do Estado Novo, que teve a oposição pública do segundo.

É mais discutível se *Raízes do Brasil* se enquadraria como exemplo de autoritarismo instrumental, classificação aplicada por Santos (1978) para Oliveira Vianna, entre outros autores. Vianna via na ação de um Estado forte e centralizado um meio para alcançar uma sociedade liberal, que deixasse para trás sua característica parental, clânica e autoritária. Holanda é claro em dar precedência à ordem natural, caracterizada pelo personalismo, diante do idealismo representado pelo Estado. O autor não deixa de propor soluções “por cima”, seja pelo protagonismo estatal, seja pela

aposta na oligarquia, mas ressalta que elas precisam levar em conta o povo – aqui entendido à moda dos conservadores do início do século passado, como coletivo nacional e sem cores sociais. A liberdade individual, com todas as suas consequências políticas, não é um valor relevante na primeira edição de *Raízes do Brasil*, mas o objetivo final que transparece é a construção de uma ordem racional-legal fertilizada pelo emocionalismo do brasileiro, não a construção de uma sociedade que se poderia tomar como liberal. Não cabe neste artigo discussão mais alentada do conceito de autoritarismo instrumental, mas é importante observar que analistas como Ricardo Silva (2001) questionam se o autoritarismo de Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos de fato idealizava uma sociedade liberal; a versão de 1936 estará tanto mais confortável entre a produção desses autores quanto for negativa a resposta.

É curioso como não poucas descrições de comentaristas sobre o pensamento autoritário das primeiras décadas do século passado se ajustam à primeira edição de Holanda, embora não a incluam na categoria. É o caso do próprio Antonio Candido:

Nos decênios de 1920 e 1930 houve grande interesse pelo que se ode chamar de “explicações do Brasil”. (...) Essas “explicações” se concentravam sobretudo no passado e podem ser exemplificadas por duas obras de enorme influência: *Populações Meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Vianna, e *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre. (...) Pensando na natureza das “explicações”, é possível interpretar a nostalgia da raiz portuguesa em Oliveira Vianna e Gilberto Freyre como uma atitude intelectual de cunho conservador. Não apenas isso, é claro, mas isso também. Inclusive porque é um modo de ver que se prende a uma perspectiva da classe dominante. (...) Nos dois autores a tradição luso-brasileira e rural era apresentada não apenas como padrão interpretativo privilegiado, mas com certa aura valorativa que poderia levar a uma visão conservadora da história. (...) Digamos que para a maioria absoluta dos intérpretes do passado brasileiro em seu tempo, inclusive Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, a dimensão luso-brasileira de origem colonial era vista sobretudo na sua continuidade, enquanto Sérgio focalizou sobretudo a sua ruptura, a sua redefinição, a partir da “revolução” representada pelo fim do regime servil em 1888 (Candido, 2008, p. 32-4)

Longe de diminuir a relevância de *Raízes do Brasil*, a reavaliação de seu lugar na produção da época lhe faz justiça. Antes da Segunda Guerra Mundial, aqui, como na Europa e nos Estados Unidos, o protagonismo estatal era cogitado como via para a modernização e havia desconfiança generalizada em relação aos regimes representativos, com sua tensão entre orientação aristocrática e promessa igualitária, como observou Manin (1997). A proximidade com o pensamento autoritário não torna a obra de Holanda menos original ou fecunda: a proposta de compor Estado e personalismo escapa a uma das premissas fundamentais do pensamento conservador de então, qual seja, a de que a sociedade é amorfa e invertebrada e precisa ser (re)inventada pelo Estado. Obras influentes de anos vizinhos que tomam esse ponto de partida são *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938), de Azevedo Amaral, e *Ordem Privada e Organização Política Nacional* (1939), de Nestor Duarte.

Em relação a autores não-nacionais, Waizbort (2011) já apontou com propriedade os expurgo relativos a europeus, sobretudo alemães, nas edições revistas. Na versão original, Carl Schmitt é citado nominalmente uma vez e tem conceitos seus ecoados em duas outras passagens: uma referente à autoridade como “único princípio político verdadeiramente forte” (p. 14) e outra reverberando sua doutrina acerca da absolutização do Estado, na discussão sobre a transcendência do Estado diante da família. Nas reedições, os trechos foram modificados e Schmitt não surge mais como o

“teórico do Estado totalitário” (p. 155), mas como fiador de uma assertiva sobre a diferença entre amizade e hostilidade, no pé de uma nota. O caso de Nietzsche, que fornece uma epígrafe de abertura de capítulo depois expurgada, também já foi comentado. Entre a primeira e a segunda edições, o autor foi identificado com o nazismo e demonizado pela esquerda, a ponto de um nome influente como Lukacs publicar capítulo o desancando em livro de 1954.

Os pontos de contato de Sérgio Buarque de Holanda de 1936 com atenistas como José Vasconcelos também parecem evidentes. A raça cósmica do autor mexicano é a superação, pela mestiçagem, do negro africano, do vermelho norte-americano e da amarela asiática e do branco europeu, por meio de uma síntese latino-americana. Parece possível traçar um paralelo com a própria ideia de homem cordial como contribuição brasileira à humanidade. Os dois autores também flertavam com irracionalismos: a aproximações com Nietzsche de Holanda, é possível justapor a metafísica de Vasconcelos. Para o mexicano, o processo de mestiçagem que geraria a raça cósmica não era apenas biológico, mas também espiritual (Ascenso, 2013). As críticas dos atenistas aos tecnocratas “científicos” do período Porfirio Diaz e sua submissão a ideias estrangeiras ainda encontram paralelo na condenação aos idealismos feita por Holanda.

Em resumo, a recuperação do texto original de *Raízes do Brasil* aponta para um intelectual mais próximo do pensamento autoritário dos anos 1930 do que do “radicalismo democrático” que já lhe foi atribuído (Candido, 2008, p. 34). Reavaliar o papel do Estado na obra permite discutir sua afinidade com o corporativismo latino-americano (Hale, 1996), o autoritarismo instrumental (Santos, 1978) e, até com maior precisão, com o idealismo orgânico de Oliveira Vianna. O caráter original de sua contribuição permanece. Holanda se descola dos autoritários ao localizar na sociedade a matriz fundamental a partir da qual uma ordem racional-legal deveria ser constituída, propondo uma síntese inovadora, “americana”, como caminho genuinamente brasileiro para a modernidade.

Neste ponto, o texto da edição original aproxima Holanda de uma tradição de valorização da cultura e do homem latinos, que marcou o final do século XIX e início do XX na região. Se é verdade que em todas as edições de *Raízes do Brasil* a imaginação do autor é guiada pelas questões amplas sobre identidade nacional e regional típicas desse contexto histórico na América Latina, com argumenta Monteiro (2012: ix), a diferença do texto original está na resposta que dá a essas questões. Seguindo uma linhagem que passa por *Ariel*, publicado pelo uruguaio José Rodó (1871-1917) na virada do século, o *Raízes do Brasil* de 1936 retrata de forma nobre as raízes ibéricas e apresenta o homem cordial como a promissora antítese do utilitarismo dos americanos do norte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVELINO, George. (1987) As raízes de Raízes do Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, nº 18, pp. 33-41.
- ASCENSO, João Gabriel da Silva. Uma contribuição à história do conceito de raça no México: José Vasconcelos e a “Raça Cósmica”. Paper apresentado no XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364696404_ARQUIVO_JoaoGabrielS.Ascenso_ANPUH2013.pdf
- BASTIDE, Roger. (1948), La psychologie ethnique en Amérique du Sud. *Rev. de Psychologie des peuples*, Le Havre, 111, I, (pp. 27-39)

- BETHEL, Leslie. (1996). *Ideas and ideologies in Twentieth Century Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BOSI, Alfredo. (1992), A arqueologia do Estado-providência: sobre um enxerto de idéias de longa duração. In _____ *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CANDIDO, Antonio. (2008 [1967]), O significado de Raízes do Brasil. São Paulo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras.
- CARVALHO, José Murilo de. (1988). Escravidão e razão nacional. *Dados*, RJ, v. 31, n. 3, p. 287-308.
- COSTA, Valeriano. (1992), Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. *Lua Nova*, 26
- DAHL, Robert. (1989). *Poliarquia*. São Paulo, Edusp.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. (2008). Negação das negações. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, Editora da Unicamp.
- FAORO, Raymundo. (1976), Os donos do poder. Rio de Janeiro: Editora Globo.
- FELDMAN, Luiz. (2013), Um clássico por amadurecimento: Raízes do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 28, nº82, 119-140.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. (1996), A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. *Lua Nova*, 37.
- HALE, Charles A. (1996). Political ideas and ideologies in Latin America, 1870-1930. In: BETHEL, Leslie. *Ideas and ideologies in Twentieth Century Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1936) *Raízes do Brasil*. 1ª edição, São Paulo, José Olympio Editora.
- _____. (1948). *Raízes do Brasil*. 2ª edição, São Paulo, José Olympio Editora.
- _____. (1956). *Raízes do Brasil*. 3ª edição, São Paulo, José Olympio Editora.
- _____. (1979). *Sérgio Buarque de Holanda de 1902-1982: tentativas de mitologia*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- LEITE, Dante Moreira. (1959), Caráter nacional brasileiro: descrição das características psicológicas do brasileiro através de ideologias e estereótipos. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*, nº 230.
- LINZ, Juan. (2000) *Totalitarian and authoritarian regimes*. London: Lynner Rienner Publishers.
- LUKACS, G. (1954), *Die Zerstörung der Vernunft*. Aufhau-Verlag.
- MANIN, Bernard. (1997), *The principles of representative government*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MELLO, Evandro Cabral de. (1992), Raízes do Brasil e depois”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição, São Paulo, Companhia das Letras.
- MONTEIRO, Pedro Meira. (1999), A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil. Campinas, Editora da Unicamp.
- _____. (2009). As raízes do Brasil no espelho de próspero. *Novos Estudos - CEBRAP*, (83), 159-182. Retrieved April 13, 2015, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000100009&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0101-33002009000100009.
- _____. (2012) Foreword: why read Roots of Brazil today? In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Roots of Brazil* (translation of the 26th edition, 1995). Notre Damme: University of Notre Damme Press.

- _____; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs). (2008), *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, Editora da Unicamp.
- MORSE, Richard. (1988) O espelho de Próspero. São Paulo: Companhia das Letras.
- ROCHA, João César de Castro. (2012), Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre: raízes de uma rivalidade literária”. *Dicta&contradicta*, 9: 10-28.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1978). Praxis liberal no Brasil -- propostas para reflexão e pesquisa. In: _____ *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SILVA, Ricardo. Ideologia de Estado e autoritarismo no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 26, abril de 2001
- SKINNER, Quentin. (1969), Meaning and understanding in the history of ideas. In: _____ *History and Theory*, 8-1: 3-53.
- SOUZA, Laura de Mello; CERQUEIRA, André Sekkel (orgs.). Monções e Capítulos de expansão paulista. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- VASCONCELOS, José. *La Raza Cósmica*. México (DF): Editorial Porrúa, 2010.
- VIANNA, Oliveira. (1939), *O idealismo da constituição*. 2ª edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional [Primeira edição em 1927].
- WAIZBORT, Leopoldo. (2011), O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasi, 1936. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 26, nº 76, pp. 39-62
- WEGNER, Roberto. (2006), “Um ensaio entre o passado e o futuro”, in S. B. de Holanda, Raízes do Brasil, R. B. de Araújo e L. M. Schwarcz (eds.), São Paulo, Companhia das Letras.